

20 MAI 1984

# Sul também quer "rolar" dívida

**O Estados do Sul, em crise, esperam autorização do Governo Federal para rolar suas dívidas. O Rio optou por colocar em ordem as finanças adotando um programa de austeridade que comece a dar os primeiros resultados: uma folga no segundo semestre com investimento de Cr\$ 100 bilhões. Para São Paulo, o pagamento do pessoal, que consome 70% da receita, é o ponto de honra do Governo. O Governo de Minas criou um decálogo para conter o déficit que aumentou 308% este ano. E enquanto o Rio Grande do Sul não consegue nem pagar o salário de todos os funcionários, o Paraná desponta como uma exceção e já concedeu até o 13º ao servidor público.**

## Impacto no Rio

O reajuste salarial provocado pelo aumento do salário mínimo teve um impacto pouco significativo na folha de pagamento do Estado do Rio: apenas Cr\$ 3 bilhões que, somados a outros Cr\$ 3 bilhões de aumento recente nos salários dos professores, elevaram a despesa total, com pessoal, para Cr\$ 66 bilhões. Isso representa cerca de 70% da receita líquida do Estado.

Até o final do primeiro semestre, a filosofia de atuação do Governo Leonel Brizola na área financeira não deverá ser alterada. A idéia é continuar reduzindo as despesas, não investir, fazer a rolagem (troca de títulos抗igos por novos) da maior parte da dívida e procurar aumentar a receita com o aprimoramento da máquina fiscal. Até agora, o Governo Federal autorizou apenas rolar metade de uma dívida de Cr\$ 454 bilhões.

Na área de pessoal, a atenção das autoridades fazendárias do Rio está voltada para o aumento de julho, que deverá ser de 40%, o que elevaria a folha salarial do Estado para Cr\$ 92 bilhões. Aumento que, segundo o Secretário da Fazenda, César Maia, o Governo tem condições de aguentar.

No segundo semestre, a idéia é promover uma folga bem maior nas finanças do Estado, que deverá contar com Cr\$ 100 bilhões para realizar investimentos. Essa quantia é resultado da política escolhida para orientar a área financeira até o momento: não investir em 1983 e nos primeiros meses deste ano.

## SP dá prioridade a pessoal

A folha de pessoal absorve 70% da receita de São Paulo e o Governo não esconde a disposição de sacrificar o nível de investimento pelo segundo ano consecutivo. Os restantes 30% da receita são consumidos pelo custeio da gigantesca máquina administrativa, que inclui a manutenção de uma polícia militar com 60 mil homens, três universidades, ampla rede de assistên-

cias hospitalares e de saúde, além da maior rede escolar estadual do país.

O Secretário da Fazenda, João Sayad, comunicou às autoridades federais a impossibilidade de pagar a dívida externa de 5 bilhões 700 milhões de dólares. Ele propõe a **rolagem** dos compromissos previstos para este ano: 1 bilhão 500 milhões de dólares, metade do orçamento da administração direta e uma sobra de 640 milhões de dólares referentes ao ano passado. Sayad não vê outra saída, considerando a queda de 16% na arrecadação de impostos. A dívida total é de Cr\$ 2,7 trilhões.

Cerca de 100 mil servidores da administração direta, autarquias e fundações paulistas são os principais beneficiários do recente reajuste do salário mínimo. Eles recebem o piso fixado, pelo Governo Franco Montoro, em dois salários mínimos, que agora passará de Cr\$ 114 mil para Cr\$ 194 mil. O pagamento do pessoal é o ponto de honra do Governo e, portanto, item prioritário na revisão orçamentária.

## Minas "rola" dívida

Antes mesmo do reajuste do funcionalismo, em abril, com o menor salário passando para pouco mais do mínimo fixado em 1º de maio, o Governo Tancredo Neves tinha autorização do Banco Central para rolar integralmente a dívida externa deste ano, de 132 milhões de dólares, quando o orçamento já era deficitário em Cr\$ 496 bilhões.

Com o aumento do funcionalismo, que custa ao Estado Cr\$ 90 bilhões por mês, o déficit pulou para Cr\$ 632 bilhões, quase 308% maior do que no ano passado, quando representava 18% do orçamento e a folha de pessoal era um terço da atual. O Governo de Minas chegou a pagar 81% dos compromissos vencidos com os bancos estrangeiros, de 185 milhões de dólares, rolando os 34 milhões restantes. O total da dívida interna e externa é de 1 trilhão 613 bilhões de dólares.

O Governo procura cobrir o déficit orçamentário com um programa de aumento na arrecadação tributária, redução dos gastos de pessoal e custeio nas autarquias e rolagem das dívidas. A dívida interna, de Cr\$ 230 bilhões este ano, atinge um total de Cr\$ 717 bilhões. O Governador apresentou um decálogo de contenção de despesas, cortando desde publicidade a recep-

cões de gabinete e consumo de combustível.

## O privilégio do Paraná

Os bons preços dos produtos primários em 1983 e o consequente aumento da arrecadação tributária levaram o Paraná a uma situação financeira privilegiada em relação aos demais Estados. Como o Paraná nunca esteve muito comprometido com dívidas, é maior sua capacidade de obter empréstimos internacionais.

A receita de ICM aumentou 141,2% em 1983, abaixo da inflação mas acima das taxas de outros Estados. Com essa situação financeira, o Governo José Richa pagou até agora 23% dos encargos e amortizações de sua dívida externa este ano. Também concedeu o 13º salário ao servidor público. Com uma receita de Cr\$ 800 bilhões, o Paraná gasta Cr\$ 350 bilhões com pessoal.

— Com a situação financeira em dia ganhamos respaldo para conseguir crédito externo e investir em projetos essenciais — afirmou o coordenador de administração financeira da Secretaria de Finanças, Romar Teixeira.

## RS pede reforma

O Governo gaúcho está sem dinheiro para pagar o salário de todo os funcionários. Por isso reivindica autorização do Governo Federal para emitir títulos no valor de Cr\$ 57 bilhões, além de Cr\$ 57 milhões de ORTES. Também conseguiu um empréstimo de Cr\$ 50 bilhões no Banco Central.

A dívida externa do Estado atinge cerca de Cr\$ 960 bilhões e o déficit orçamentário, este mês, alcançará Cr\$ 111 bilhões. O endividamento interno é de Cr\$ 60 bilhões, que deverão ser pagos a longo prazo. Para o Governador Jair Soares, a única maneira de contornar o impasse econômico é a adoção imediata de uma nova política tributária, que elimine as isenções fiscais aos produtos exportados e fixe uma alíquota única de ICM para todas as empresas, em torno de 12% (atualmente é de 17%).

Sem recursos, o Governo realiza poucas obras. Se dependesse apenas do orçamento anual de Cr\$ 670 bilhões não conseguiria sequer administrar a folha de pagamento do funcionalismo, que é de Cr\$ 920 bilhões anuais. "Se o Governo Federal não for sensível a uma reforma tributária, os Estados entrarão em colapso", advertiu o Secretário da Fazenda, Clóvis Jacobi.

Estados	Dívida total (Cr\$)	Receita mensal (Cr\$)	Folha de Pagamento (Cr\$) (mensal)
Rio	2,4 trilhões	127 bilhões	66 bilhões
São Paulo	2,7 trilhões	416 bilhões	291 bilhões
Minas Gerais	1,6 trilhão	108 bilhões	90 bilhões
R.G. do Sul	960 bilhões	191 bilhões	82 bilhões
Ceará	800 bilhões	15 bilhões	20 bilhões
Pernambuco	450 bilhões	30 bilhões	17 bilhões